



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**MUNICÍPIO DE JARDIM**

**LEI COMPLEMENTAR N.º 121/2014**

**Jardim/MS, 17 de março de 2014**

**ALTERA A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA  
PREVISTA NA LEI COMPLEMENTAR N.  
100/2013, DE 04 DE JANEIRO DE 2013 DO  
EXECUTIVO MUNICIPAL, CRIA E  
TRANSFORMA CARGOS, E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE JARDIM**, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, **FAZ** saber que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

**Art. 1º** - Fica criada na Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal, a Coordenadoria de Políticas de Assistência Social e a Coordenadoria de Políticas Financeira Municipal, como órgãos de Assessoramento e Apoio Direto e Imediato ao Prefeito Municipal, com a seguinte competência:

§ 1º - À Coordenadoria de Políticas de Assistência Social, órgão diretamente subordinado ao Prefeito Municipal, compete: a formulação das políticas de assistência social do Município, deliberando junto à Secretaria Municipal de Assistência Social e assessoramento do Prefeito nas áreas de sua competência.

§ 2º - À Coordenadoria de Políticas Financeira Municipal, órgão diretamente subordinado ao Prefeito Municipal, compete no assessoramento de recursos financeiros, mediante a execução de controle orçamentário e financeiro, desenvolvimentos de programas de desembolso, acompanhamento de receitas e despesas do Município para assegurar o equilíbrio orçamentário e financeiro, deliberando junto à Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças e assessoramento do Prefeito nas áreas de sua competência.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**MUNICÍPIO DE JARDIM**

§ 3º - Os cargos de Coordenador de Políticas de Assistência Social e de Coordenador de Políticas Financeira Municipal, serão de livre nomeação do Prefeito Municipal e constituirão em serviço relevante e sem remuneração, não gerando vínculo empregatício e obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim com a Administração Pública local.

**Art. 2º** - O Chefe do Executivo Municipal por Decreto promoverá os ajustes e desdobramentos necessários no Regimento Interno da Prefeitura, até 120 (cento e vinte) dias contados da entrada em vigor desta lei.

**Art. 3º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ratificados os atos administrativos praticados até a data de sua entrada em vigor, desde que não conflitem com suas disposições, revogadas as disposições em contrário.

**ERNEY CUNHA BAZZANO BARBOSA**  
**Prefeito Municipal**